

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

SOPHIA LENINE CAVALLARO DE OLIVEIRA

**O ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ENTRE
2011 E 2023**

**Santana do Livramento
2024**

SOPHIA LENINE CAVALLARO DE OLIVEIRA

**O ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ENTRE
2011 E 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. André da Silva Redivo

**Santana do Livramento
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

Oliveira, Sophia Lenine Cavallaro de
ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS
ENTRE 2011 E 2023 / Sophia Lenine Cavallaro de Oliveira.
44 p.

O48e Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do
Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2024.
"Orientação: Andre da Silva Redivo".

1. endividamento das famílias. 2. inadimplência das famílias. 3. acesso ao
crédito. 4. política brasileira. 5. economia brasileira. I. Título.

SOPHIA LENINE CAVALLARO DE OLIVEIRA

**ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS ENTRE
2011 E 2023**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Doutor André da Silva Redivo

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Doutor Altacir Bunde

UNIPAMPA

Prof. Doutor Carlos Hernan Rodas Cespedes

UNIPAMPA

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a dinâmica do endividamento das famílias, inadimplência das famílias e do acesso ao crédito no Brasil entre 2011 e 2023. Para isso, foi elaborada uma pesquisa bibliográfica que busca contextualizar a política e economia brasileiras entre 2011 e 2023, além de esclarecer conceitos como o endividamento e a inadimplência. Este estudo também busca identificar aspectos conjunturais do endividamento e inadimplência das famílias brasileiras entre os anos de 2011 e 2023. A metodologia da economia utilizada na pesquisa será o método indutivo, através de pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários, utilizando-se de fontes como artigos científicos; livros de economia e política brasileira; relatórios anuais do Banco Central do Brasil sobre crédito e endividamento; dados do IBGE referentes a indicadores econômicos e sociais; e estatísticas de instituições financeiras e agências de crédito e a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Constatou-se que esses fenômenos refletem não apenas a saúde financeira das famílias, mas também a eficácia das políticas econômicas frente a crises. Fatores como taxas de juros altas, desemprego e desigualdade ampliaram o endividamento, destacando a necessidade de estabilidade econômica. A pesquisa abordou a evolução das políticas fiscais e monetárias durante os governos de Dilma Rousseff, Temer e Bolsonaro, evidenciando os impactos das crises. A análise do comportamento do crédito revelou que, entre 2010 e 2013, houve expansão do consumo e redução da inadimplência, mas as crises subsequentes (como em 2015-2016) aumentaram a inadimplência e exigiram renegociações de dívidas. A partir de 2017, houve sinais de recuperação, embora o endividamento alto das famílias ainda representasse um risco. O estudo também reforça a relação entre políticas econômicas e a inclusão financeira.

Palavras-Chave: endividamento das famílias, inadimplência das famílias, acesso ao crédito, política brasileira, economia brasileira.

ABSTRACT

This research aims to analyze the dynamics of household indebtedness, household delinquency, and access to credit in Brazil between 2011 and 2023. To achieve this, a bibliographic research was developed to contextualize Brazilian policy and economy between 2011 and 2023, as well as clarify concepts such as indebtedness and delinquency. This study also seeks to identify the conjunctural aspects of household indebtedness and delinquency in Brazil between 2011 and 2023. The economic methodology used in the research will be the inductive method, through bibliographic research and secondary data analysis, using sources such as scientific articles; books on economics and Brazilian policy; annual reports from the Central Bank of Brazil on credit and indebtedness; data from IBGE related to economic and social indicators; and statistics from financial institutions and credit agencies, as well as the Consumer Debt and Delinquency Survey (PEIC) conducted by the National Confederation of Commerce of Goods, Services, and Tourism (CNC). It was found that these phenomena reflect not only the financial health of families but also the effectiveness of economic policies in the face of crises. Factors such as high interest rates, unemployment, and inequality increased indebtedness, highlighting the need for economic stability. The research addressed the evolution of fiscal and monetary policies during the governments of Dilma Rousseff, Michel Temer, and Jair Bolsonaro, highlighting the impacts of the crises. The analysis of credit behavior revealed that between 2010 and 2013, there was an expansion of consumption and a reduction in delinquency, but the subsequent crises (such as those in 2015-2016) increased delinquency and required debt renegotiations. Starting in 2017, there were signs of recovery, although high household indebtedness still posed a risk. The study also emphasizes the relationship between economic policies and financial inclusion.

Keywords: Household indebtedness, Household delinquency, Access to credit, Brazilian politics, Brazilian economy

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concessões de crédito PF Total - 2011 a 2024 - R\$ (milhões de 09/2024)	22
Gráfico 2 - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional - Com ajuste sazonal (RNDBF) - 2010 a 2024 (%).....	23
Gráfico 3 – Endividamento das famílias, 2010 – 2023 (%).....	24
Gráfico 4 - Taxa média de juros das operações de crédito PF total - 2011 a 2024 – (% a.a).....	25
Gráfico 5 - Inadimplência da carteira de crédito PF total - 2011 a 2024 (%).....	26
Gráfico 6 - Participação do crédito pessoal consignado por categoria.....	27
Gráfico 7 - Taxa Selic anualizada - 2011 a 2024 (% a.a).....	28
Gráfico 8 - Concessões de crédito PF cheque especial - 2011 a 2024 - R\$ (milhões de 09/2024).....	29
Gráfico 9 - Famílias com contas em atraso 2010 - 2024 (%).....	30
Gráfico 10 - Inadimplência PF Cartão de crédito - 2011 a 2024 (%).....	30
Gráfico 11 - Inadimplência PF Crédito pessoal não consignado - 2011 a 2024 (%).....	31
Gráfico 12 - Concessões PF Cartão de crédito - 2011 a 2024 - R\$ (milhões de 09/2024)	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Objetivos	11
1.1.1 <i>Objetivo geral</i>	11
1.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	11
1.2 Justificativa	12
1.3 Metodologia	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 Endividamento e inadimplência	15
2.2 Contextualização das políticas fiscal e monetária para a economia brasileira entre 2011 e 2023	16
3 ANÁLISE CONJUNTURAL DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICE - A	45

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico brasileiro, entre 2011 e 2023, passou por diversas transformações, influenciadas por crises econômicas, mudanças políticas, variações nas políticas monetárias e fiscais, além de eventos globais como a pandemia de Covid-19, que exacerbaram as vulnerabilidades econômicas do país. Esses fatores impactam diretamente o acesso ao crédito e a capacidade de pagamento dos consumidores, refletindo nos níveis de endividamento e inadimplência.

Conforme Confederação Nacional do Comércio (CNC) de Minas Gerais (2022), o endividamento representa as obrigações financeiras dos consumidores, enquanto o índice de inadimplência indica a porcentagem de consumidores que não conseguem pagar suas dívidas.

Segundo Lima (2023), em razão da recessão econômica enfrentada em 2015, a saúde financeira das famílias sofria com a alta nos custos creditícios, induzindo a um aumento do nível de inadimplência. Com o impeachment e a entrada de Temer como presidente, houve reduções nas taxas de juros que aliviaram, em parte, a tensão sobre o endividamento.

De acordo com Galery (2022), no começo de 2018 os juros alcançaram mínimas históricas, mas o Banco Central indicou o término dessa tendência de queda. Nesse período o Brasil enfrentava incertezas econômicas e tensões políticas devido às eleições. O crescimento econômico foi modesto ao longo de 2018, com inflação controlada, o que motivou a redução da taxa Selic para estimular a economia.

Após um período eleitoral tumultuado, Jair Bolsonaro assumiu a presidência em 2019. No início de seu mandato, a economia brasileira experimentou um crescimento modesto e conseguiu manter a inflação controlada. Em 2020, houve a pandemia do COVID-19, levando a uma recessão e ao aumento do desemprego, apesar das políticas adotadas para preservar renda e empregos. Entre 2021 e 2022, com a chegada das vacinas e a consequente flexibilização das restrições sanitárias, houve uma recuperação econômica, queda no desemprego e aumento da renda. Ainda, durante os quatro anos de governo, observou-se um aumento no endividamento das famílias (Lupion, 2022).

Segundo a análise publicada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) (2022), em 2021 a preocupação das Instituições Financeiras (IFs) com a inflação interna atingiu seu ponto mais alto desde o período anterior à recessão de 2015-2016. Os

participantes destacaram que o aumento da inflação influencia as escolhas de consumo e investimento, reduz a renda e o poder de compra das famílias, além de provocar um aperto monetário que afeta a atividade econômica, os níveis de endividamento e os índices de inadimplência.

No relatório de Estabilidade Financeira publicado pelo Bacen no primeiro semestre de 2022, é mencionado que a confiança das Instituições Financeiras na estabilidade do Sistema Financeiro Nacional permanece alta durante o ano de 2021, apesar de uma deterioração na percepção dos ciclos econômicos e financeiros. Os riscos fiscais foram os mais destacados. Houve um aumento nas menções aos riscos de inadimplência e à atividade econômica, interrompendo a tendência de queda observada em pesquisas anteriores. Há também uma crescente preocupação com os impactos da inflação tanto doméstica quanto global na atividade econômica, no endividamento e na inadimplência (Bacen, 2022).

Segundo Bacen (2023), ao examinar a evolução do endividamento de alto risco nos últimos anos, verifica-se uma mudança ao longo do período. Entre dezembro de 2017 e março de 2020, o endividamento de alto risco manteve-se estável, afetando aproximadamente 12% dos indivíduos que tomam crédito. Durante a pandemia de Covid-19, de março de 2020 a junho de 2021, houve uma diminuição na proporção de endividamento de alto risco, caindo de 11,8% para 9,9% dos tomadores de crédito. A partir de março de 2021, contudo, houve uma reversão nessa tendência, com um aumento constante no percentual de endividamento de alto risco no Sistema Financeiro Nacional, observado em todos os trimestres subsequentes, alcançando 14,2% em março de 2023.

Em março de 2023, havia 15,1 milhões de endividados de risco no Brasil, representando 14,2% do total da população tomadora de crédito. Destes, 11,9 milhões (11,2% dos tomadores) atendiam a dois dos quatro critérios de endividamento de risco¹; 2,8 milhões (2,7%) atendiam a três critérios; e cerca de 300 mil (0,3%) atendiam a todos os critérios de endividamento de risco (Bacen, 2023).

¹ Critérios de endividamento de risco: I – inadimplemento de parcelas de crédito; R50 – comprometimento da renda mensal com o pagamento do serviço das dívidas acima de 50%; M – exposição simultânea às seguintes modalidades de crédito: cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo; RPOB – renda disponível mensal abaixo da linha da pobreza.

O problema da inadimplência e a piora da saúde financeira da população era tão grave que, em 2023 foi criado o programa Desenrola Brasil que tinha o intuito de facilitar a renegociação das dívidas inadimplentes concedendo descontos nas taxas de juros e permitindo que essas pessoas voltassem a condição de aptidão para a contratação de novos créditos (Brasil, 2023).

Segundo o Bacen (2024), no primeiro semestre de 2024 houve uma melhora na capacidade de pagamento das pessoas físicas. A distribuição do Comprometimento de Renda Individual (CRI) dos tomadores de crédito do Sistema Financeiro Nacional, baseada nos dados individuais reportados ao Sistema de Informações de Crédito (SCR), registrou uma leve redução no segundo semestre de 2023, sendo mais significativa na faixa de renda mais baixa.

Da mesma forma, a distribuição do Endividamento Individual dos tomadores de crédito também mostrou uma diminuição nesse período. Em consonância com esses resultados, as Instituições Financeiras (IFs) observaram uma melhoria generalizada nos fatores de oferta para o segmento de crédito pessoal e consumo, especialmente em relação ao comprometimento de renda dos consumidores, condições de empregos e salários, índices de inadimplência e aversão ao risco (Bacen, 2024).

Dessa forma, surge uma ampla discussão sobre os fatores que motivam a ocorrência da inadimplência, o que nos leva a questionar qual é a dinâmica do endividamento e inadimplência no Brasil entre os anos de 2011 e 2023.

1.1 Objetivos

Nesta seção, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a dinâmica do endividamento e inadimplência das famílias e do acesso ao crédito no Brasil entre 2011 e 2023.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar os conceitos endividamento e inadimplência;

- b) Contextualizar as políticas fiscal e monetária para a economia brasileira entre os anos de 2011 e 2023;
- c) Apresentar uma análise conjuntural dos índices de endividamento e inadimplência das famílias entre os anos de 2011 e 2023.

1.2 Justificativa

O aumento de estudos sobre o fenômeno do endividamento das famílias ao longo dos anos se deve ao impacto significativo do endividamento na sociedade. A compreensão da estrutura, objetivos e consolidação de políticas públicas voltadas à reestruturação financeira dos brasileiros, como o Programa desenrola Brasil criado em 2023, contribui para o desenvolvimento de iniciativas futuras que busquem a estabilidade financeira da população.

O presente trabalho se justifica pela importância atual de compreender os fatores e mecanismos que causam aumentos expressivos na inadimplência das famílias no Brasil, bem como o perfil desses inadimplentes entre 2011 e 2023. Caracterizar as dinâmicas entre as políticas econômicas vigentes, endividamento e inadimplência é fundamental para a formulação de novas políticas públicas e criação de estratégias eficazes para atenuar os efeitos do endividamento na sociedade.

A motivação pessoal em realizar este projeto de conclusão de curso se dá, pois, a autora compreende que entender esses fenômenos é crucial para promover uma sociedade mais justa e equilibrada. Viver em um país onde muitas famílias enfrentam dificuldades financeiras inspira a busca por soluções que possam aliviar essa carga. Além disso, analisar as causas e as consequências do endividamento permite identificar as vulnerabilidades econômicas que afetam grande parte da população, sendo de grande importância para a criação de políticas públicas mais eficazes.

1.3 Metodologia

Nesta sessão será apresentada a metodologia utilizada para construção deste trabalho, bem como a descrição desses métodos e as fontes utilizadas para cada um dos capítulos.

Com o objetivo de analisar a dinâmica do endividamento e inadimplência no Brasil entre 2011 e 2023, a pesquisa utiliza o método indutivo. Segundo (Gil, 2008), o método indutivo busca a generalização através da observação de casos concisos, capazes de confirmar uma realidade geral, busca conhecer o fenômeno antes de suas causas. Posteriormente, os compara a fim de encontrar padrões e relações.

O estudo utiliza a metodologia de pesquisa de métodos mistos de caráter descritivo, que de acordo com (Gil, 2008), busca descrever características de uma população, fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis. A partir disso, para realizar os objetivos específicos: (a) Apresentar os conceitos endividamento e inadimplência; e (b) Contextualizar a economia brasileira entre os anos de 2011 e 2023, será utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica. Para realizar objetivo específico (c) Apresentar uma análise conjuntural dos índices de endividamento e inadimplência entre 2011 e 2023, foi utilizada a técnica de coleta de dados secundários e pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica é definida por (Gil, 2008), como pesquisa realizada através de um material já elaborado, podendo ser este, artigos científicos, publicações ou livros. Diante disso, a pesquisa bibliográfica foi realizada utilizando artigos acadêmicos como: Filgueiras, Júnior e Miguel (2023); Feijó, Araújo e Bresser-Pereira (2022); Chamiço (2018); Araújo (2023); Bruno (2021) e Santana e Costa (2017).

Já a coleta e análise dos dados secundários, segundo Marconi e Lakatos (2003) apud Best (1972, p.152), implica na aplicação lógica tanto dedutiva quanto indutiva, destacando que os dados são importantes não pelo que são intrinsecamente, mas pela capacidade de fornecer respostas às questões investigativas.

Diante disso, foram utilizados relatórios anuais do Relatório de Estabilidade Financeira promovido pelo Banco Central do Brasil; dados do IBGE referentes a indicadores econômicos e sociais; estatísticas de instituições financeiras e agências de crédito; a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e o Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Bacen (SGS).

Com base nos dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), é possível analisar a pré-inadimplência — caracterizada por atrasos no pagamento de contas entre 15 e 90 dias. Esse indicador funciona como uma métrica antecedente para prever tendências de inadimplência, permitindo

identificar mudanças no comportamento financeiro das famílias antes que os atrasos evoluam para situações mais graves.

Já com o Sistema Gerenciador de Séries Temporais foram obtidos os seguintes dados: 29034 Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o SFN, com ajuste sazonal; 21112 Inadimplência da carteira de crédito com recursos livres PF total; 21114 Inadimplência da carteira de crédito com recursos livres PF, crédito pessoal não consignado; 21129 Inadimplência da carteira de crédito com recursos livres PF, cartão de crédito total; 21120 Inadimplência da carteira de crédito com recursos livres PF, crédito pessoal total; 20679 Concessões de crédito com recursos livres PF, cartão de crédito rotativo (série deflacionada pelo IPCA de 09/2024); 20665 Concessões de crédito com recursos livres PF, cheque especial (série deflacionada pelo IPCA de 09/2024); 20662 Concessões de crédito com recursos livres PF total (série deflacionada pelo IPCA de 09/2024); 20668 Concessões de crédito com recursos livres PF, crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado (série deflacionada pelo IPCA de 09/2024); 20669 Concessões de crédito com recursos livres PF, crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público (série deflacionada pelo IPCA de 09/2024); 20670 Concessões de crédito com recursos livres PF, crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS (série deflacionada pelo IPCA de 09/2024); 20671 Concessões de crédito com recursos livres PF, crédito pessoal consignado total (série deflacionada pelo IPCA de 09/2024); 20716 Taxa média de juros das operações de crédito PF total e 1178 Taxa de juros Selic anualizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo foi dividido em duas seções, sendo a primeira (2.1) utilizada para explorar os conceitos de endividamento e inadimplência, e a segunda (2.2) para contextualização da economia e política brasileiras entre os anos de 2011 e 2023.

2.1 Endividamento e Inadimplência

Endividamento é um estado financeiro caracterizado pela contração de obrigações pecuniárias por parte de indivíduos, entidades empresariais ou governamentais, mediante a obtenção de recursos por meio de empréstimos, financiamentos, emissão de títulos de dívida, utilização de instrumentos de crédito e outras modalidades afins. Em suma, assume-se como endividamento o valor total devido por um agregado familiar (Marques e Frade, 2003).

Segundo Ferreira (2023), o conceito de endividamento vem ganhando espaço na discussão acadêmica, evidenciando como a dívida tem se tornado uma parte cada vez mais significativa da dinâmica econômica da família brasileira.

O endividamento pode resultar em situações de inadimplência, caracterizadas pelo não cumprimento pontual dos compromissos financeiros por parte do devedor. As instituições financeiras geralmente definem inadimplência após três prestações em atraso e consideram inadimplência definitiva quando todas as opções de renegociação são esgotadas e o processo judicial de cobrança coerciva é iniciado. A inadimplência não necessariamente indica uma incapacidade temporária do devedor para efetuar pagamentos, podendo ser um erro pontual do devedor ou, em casos extremos, uma decisão estratégica baseada em uma avaliação de custo-benefício do não cumprimento (Marques e Frade, 2003).

No Brasil, foi criada a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada e publicada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC) desde janeiro de 2010. A PEIC tem como objetivo “identificar o nível de endividamento e de contas atrasadas, acompanhar o comprometimento da renda e a capacidade de consumo futuro das famílias.” (CNC, 2024)

De acordo com (CNC e MG, 2022), o endividamento indica o nível de compromissos financeiros que os consumidores estão assumindo, como

financiamentos de imóveis e carros, empréstimos e uso de cartão de crédito. Por outro lado, o índice de inadimplência mostra a porcentagem de consumidores que possuem dívidas e não têm condições de pagá-las.

Diversos fatores contribuem para o aumento do endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras, incluindo despesas imprevistas, desemprego ou redução de renda, mudanças na situação de vida e taxas de juros elevadas. A taxa de juros desempenha um papel crucial nesse cenário, pois seu aumento eleva o custo do crédito, dificultando o pagamento das dívidas pelas famílias. Esse cenário pode resultar em um aumento no número de pessoas endividadas e inadimplentes. A taxa de juros está intimamente ligada às políticas econômicas, sendo uma das principais ferramentas utilizadas pelo governo para influenciar a economia do país (Lima, 2023).

2.2 Contextualização das políticas fiscal e monetária para a economia brasileira entre 2011 e 2023

Em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil, marcando o início do terceiro mandato petista no país. A resposta anticíclica bem-sucedida adotada pelo governo anterior, diante da crise internacional de 2008, e a vitória de Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2010 contribuíram para um ambiente político favorável à implementação de um novo projeto de desenvolvimento.

No início de 2011, surgiram desafios econômicos tanto conjunturais quanto estruturais, uma vez que o crescimento anterior havia expandido a demanda sem modernizar a produção. Além disso, a concorrência industrial internacional intensificada, o processo de desindustrialização e a reprimarização das exportações apresentaram desafios de longo prazo. Nesse contexto, surgiu a oportunidade de redirecionar a política econômica a um novo modelo de desenvolvimento conhecido como Nova Matriz Econômica (Chamiço, 2018).

A nova matriz econômica deveria substituir a matriz que vigorava até então, o tripé macroeconômico. Estabelecida durante o governo FHC entre 1998 e 1999, essa matriz implementou câmbio flutuante, metas de inflação e metas de superávit primário para amenizar a dívida pública no país. Mais tarde, no ano de 2000, o tripé foi amparado por meio da Lei de responsabilidade fiscal. A matriz permaneceu vigente até 2008, quando começou a ser flexibilizada para combater a crise internacional da época (Chamiço, 2018).

A nova matriz econômica entrou em vigor em meados de 2011. As medidas de ampliação das regulações sobre os fluxos de capitais e derivativos cambiais visavam fortalecer a autonomia de política econômica e conter a tendência de valorização da moeda, frente à significativa queda na competitividade do setor manufatureiro brasileiro. Essas políticas foram complementadas por uma redução gradual na taxa básica de juros e no superávit primário (Prates, Fritz e Paula, 2017)

Segundo Prates, Fritz e Paula (2017), o governo congelou nominalmente algumas tarifas públicas como as de energia e gasolina buscando estabilizar os preços e estabeleceu isenções fiscais para o estímulo da atividade econômica, inicialmente favorecendo os setores industriais prejudicados pela valorização do câmbio e concorrência acirrada nos mercados, porém, logo esse favorecimento transbordou também para outros setores.

Para Bruno (2021), durante o primeiro mandato de Rousseff, não houve esforços para questionar os pressupostos estruturais do modelo econômico herdado dos governos FHC e Lula, incluindo o regime de acumulação e as formas institucionais que permitiam sua reprodução. Esse modelo caracterizava-se por um crescimento econômico baixo e instável, um processo de desindustrialização, uma crescente dependência das exportações de commodities e uma subordinação aos interesses e expectativas de curto prazo do mercado financeiro.

A política de aumento do salário-mínimo realizada no período, conseguiu elevar a renda da população e, conseqüentemente, o nível de consumo dos indivíduos, já que benefícios sociais e salários da rede privada estão, em sua maioria, indexados ao salário-mínimo nacional. Tal efeito sobre o consumo conseguiu ainda “amenizar” os efeitos dessa desaceleração econômica enfrentada no país, se tornando um instrumento importante para a redistribuição de renda e para aquecer o mercado do consumo interno (Bruno, 2021).

No âmbito das políticas monetárias, o Governo Dilma utilizou de políticas anticíclicas para prevenir a desaceleração econômica. No início do segundo semestre de 2011, o Banco Central iniciou um movimento de redução da Selic, que chegou ao piso de 7,4% a.a. nominal e 1,5% a.a. real pelo IPCA. Em março de 2013, essa política de redução se reverteu, mantendo o viés restritivo até 2014, quando a Selic nominal atingiu 10,8% a.a. e a real 4,1% (Bruno, 2021).

Segundo Bruno (2021), no que se trata sobre a política fiscal, o principal aspecto adotado pelo governo Rousseff foi a redução das metas de superávit primário.

A união também se comprometeu a reduzir os gastos públicos para não ficar tão distante da meta, efetuando os cortes predominantemente no campo dos investimentos.

Com a retomada da alta da Selic e a redução da meta de superavit primário, o país entra em crise e a desconfiança do mercado, juntamente com a dificuldade em retomar o equilíbrio das contas públicas levam ao golpe em 2016. Após o impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, seu vice, Michel Temer, torna-se presidente em exercício em maio de 2016 e toma posse logo em seguida no mês de agosto do mesmo ano (Santana e Costa, 2017).

De acordo com Santana e Costa (2017), o governo Temer iniciou seu mandato aplicando uma agenda fiscal que estabelece, a priori, um rebaixamento nos gastos primários. Essa redução buscava atenuar as incertezas em relação aos resultados primários através de uma menor dependência do aumento das receitas primárias na obtenção de superávits.

Temer segue a linha de cortes nos investimentos públicos, sinalizando que, ainda como no governo anterior, espera-se que com a redução dos investimentos públicos atraia maiores investimentos privados. Tal suposição não se confirma, causando também o afastamento do investimento privado. Esses efeitos podem ser percebidos na realidade econômica da época, a recessão encontrada no Brasil no ano de 2016 que levou os níveis de investimentos públicos e privados para os mais baixos da história (Santana e Costa, 2017).

Conforme Santana e Costa (2017), o governo Temer também manteve elevada a taxa Selic, o que teve efeito positivo sobre a taxa real de juros e negativo na inflação. Em outubro de 2016, o Banco Central promoveu o primeiro corte na taxa Selic desde o ano de 2012. A inflação seguiu diminuindo em direção a meta durante o primeiro semestre de 2017 e, em junho, o IPCA registrou uma deflação de 0,23%, o primeiro resultado negativo em onze anos.

No início de 2018, os juros atingiram valores historicamente baixos, o Banco Central sinaliza o fim desse movimento de queda. No entanto, o país enfrentava graves incertezas econômicas e tensões políticas no período eleitoral. O nível de crescimento durante o ano de 2018 foi baixo, a inflação controlada e a necessidade de aquecimento da economia colaboraram para a queda na Selic (Galery, 2022).

Em 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu o cargo da presidência do país. De acordo com Salvador e Penante (2022), o governo Bolsonaro lançou seu Plano

Plurianual para a vigência de seu mandato. O documento enfatiza a necessidade de ajustes fiscais e contrarreformas, visando promover a recuperação econômica gradual do Brasil, esperando que a confiança dos empresários e dos consumidores seja restaurada. O documento também destaca que o baixo crescimento econômico e o desequilíbrio fiscal são atribuídos aos custos crescentes da previdência social, à expansão dos subsídios públicos ao setor privado e ao aumento significativo dos salários no setor público.

Nesse contexto, o governo propõe uma série de medidas no projeto de lei, incluindo a simplificação para abordar apenas o que está previsto na Constituição, o realismo fiscal adaptado ao atual cenário de escassez de recursos públicos, e a integração com os planejamentos estratégicos dos ministérios e a avaliação de políticas públicas, visando fortalecer o ciclo orçamentário do governo federal (Salvador e Penante, 2022).

De acordo com Galery (2022), desde o início do Governo Bolsonaro, observou-se uma inclinação para a adoção de políticas monetárias não convencionais. Isso inclui a proposta de uma emenda legislativa visando conceder ao Banco Central, mediante poderes emergenciais, o poder de reduzir as taxas de juros como medida de combate à crise ou de suporte à aquisição de ativos públicos e privados. Esse movimento utiliza da argumentação de que a crise pode ser invocada como justificativa para uma intervenção de emergência de alcance nacional.

No ano de 2019, a expectativa de expansão da tomada de créditos não se consolidou, devido às instituições financeiras, que aumentaram demasiadamente sua carteira de crédito junto a empresas com mau perfil de tomador de créditos, comprometeram sua capacidade de disponibilizar recursos, já que ainda estavam em ritmo de recuperação dessa tomada de decisão equivocada. Os empréstimos a pessoas físicas também não apresentaram bom desempenho, já que depois da crise, houve aumento do desemprego e, conseqüentemente, da inadimplência, resultando em grandes prejuízos para os bancos (Galery, 2022).

Durante a pandemia de Covid-19 em 2020, o Brasil enfrentava os resquícios da recessão de 2015-2016, marcados por um PIB estagnado e altos índices de desemprego. Apesar das sucessivas reduções na taxa Selic como parte da política monetária, essas medidas não se mostraram sustentáveis, sendo abruptamente interrompidas em março de 2021. Neste período, o IPCA alcançou 6,10% em 12

meses, superando significativamente o limite máximo da meta de inflação para 2021, estabelecida em 5,25% (Feijó, Araújo e Bresser-Pereira, 2022).

De acordo com Feijó, Araújo e Bresser-Pereira (2022), embora tenha sido reconhecido que o aumento da inflação em 2021 foi principalmente impulsionado por pressões de custo, o comitê de política monetária não buscou reverter diretamente o impacto primário nos preços. Em vez disso, optou por aumentar a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual e indicar uma trajetória de aumento contínuo ao longo do ano, visando neutralizar os efeitos secundários do choque inflacionário.

Ao final do governo Bolsonaro, os dados de atividade econômica indicam uma recuperação do PIB em direção aos níveis pré-pandemia. Contudo, ao analisar os setores individualmente, observa-se uma recuperação mais robusta nos segmentos agropecuário e de serviços, contrastando com uma recuperação mais lenta na indústria de transformação. Em termos de demanda, tanto o consumo das famílias quanto o consumo do governo permanecem abaixo dos níveis pré-pandemia. Esses indicadores refletem a persistência da crise prolongada que teve início em 2015. Notavelmente, o desempenho da indústria de transformação tem sido modesto desde a desaceleração iniciada em 2011, mesmo com uma leve expansão durante o governo Temer (2017-18). O consumo das famílias não conseguiu recuperar as taxas observadas entre 2003 e 2010 (Araújo, 2023).

No final de outubro de 2022, Lula foi eleito para o seu terceiro mandato e assumiu posse do governo em janeiro de 2023, tinha como prioridade imediata assegurar os recursos necessários para cumprir as promessas de campanha mais urgentes, voltadas principalmente ao povo de baixa renda (Filgueiras, Júnior e Miguel, 2023).

Segundo Filgueiras, Júnior e Miguel (2023), havia indícios de que a economia poderia estar prestes a passar por uma reversão cíclica. Os autores também enfatizam que a redução do peso da dívida pública e o controle do déficit fiscal, sem comprometer as prioridades sociais, são alcançados através do crescimento econômico, conforme demonstrado nos governos anteriores de Lula.

O arcabouço fiscal assumido pelo governo Lula pode ser visto como uma flexibilização do teto de gastos e tem o poder de, junto ao Banco Central, restringir as políticas macroeconômicas e sociais do governo. Além do arcabouço fiscal, também foi proposta uma reforma tributária, dividida em duas partes: a primeira teria a função

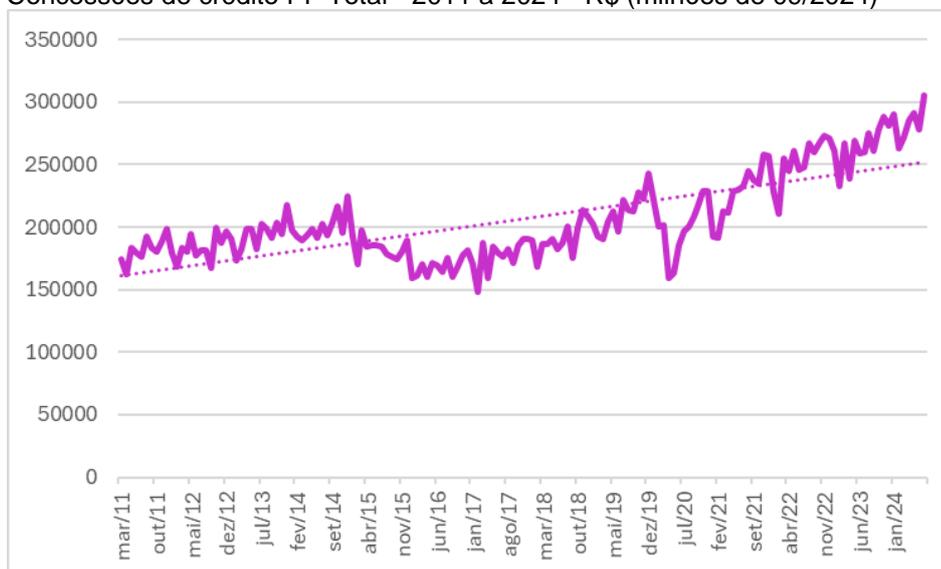
de simplificar e racionalizar os impostos sobre o consumo e a segunda trataria a tributação sobre a riqueza e renda da população (Filgueiras, Júnior e Miguel, 2023).

3 ANÁLISE CONJUNTURAL DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Este capítulo explora os fatores conjunturais que influenciam o endividamento e a inadimplência das pessoas físicas no Brasil. Para facilitar a compreensão, o texto é acompanhado de gráficos ilustrativos e conta com um apêndice (Apêndice A) ao final do trabalho, que esclarece os principais termos bancários e financeiros mencionados. A análise foi desenvolvida com base nos dados disponíveis para o período delimitado no estudo, garantindo uma abordagem fundamentada e contextualizada.

A partir do primeiro semestre de 2011, o crédito direcionado às famílias passou a crescer principalmente em modalidades caracterizadas por menores taxas de juros, menor risco e prazos de pagamento mais alongados. Esses fatores contribuíram para manter os níveis de comprometimento de renda com dívidas relativamente estáveis (Bacen, 2011). O aumento nas concessões de crédito para pessoas físicas pode ser observado no “Gráfico 1 – Concessões de Crédito PF Total”.

Gráfico 1 - Concessões de crédito PF Total - 2011 a 2024 - R\$ (milhões de 09/2024)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

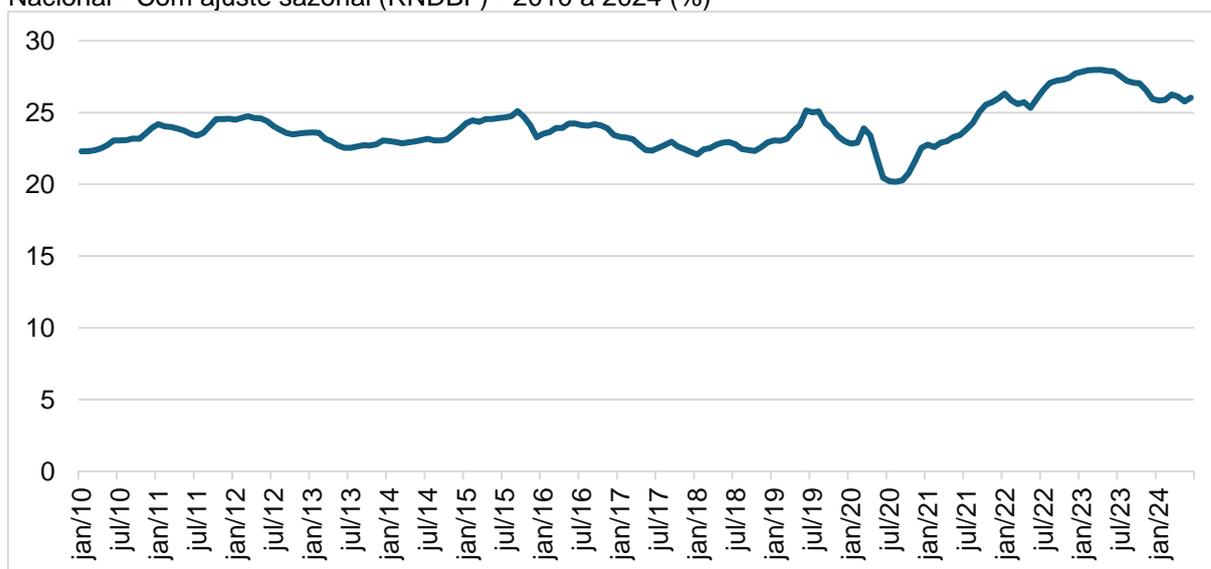
Esse rápido e contínuo crescimento do crédito, aliado à ampliação dos prazos médios e ao aumento da relação entre os valores dos empréstimos e as garantias, gerou a necessidade de maior cautela no ritmo de expansão de determinadas modalidades de crédito para pessoas físicas. Em resposta, foram implementadas medidas macroprudenciais destinadas a mitigar possíveis riscos à estabilidade do

Sistema Financeiro Nacional (SFN) e a promover um desenvolvimento sustentável do mercado de crédito (Bacen, 2011).

No primeiro semestre de 2011, o endividamento das famílias apresentou crescimento em relação aos anos anteriores, impulsionado pela estabilidade econômica e pela expansão do crédito, alcançando 42,4% em dezembro. A estabilidade no comprometimento de renda, destacada anteriormente no Gráfico 2, foi explicada pela redução das taxas de juros, pelo aumento da renda proporcionado por políticas de valorização do salário-mínimo e pela extensão dos prazos das carteiras de crédito. Contudo, no segundo semestre de 2011, observou-se uma elevação mais significativa desse indicador, que atingiu 22,3% em dezembro. Esse aumento foi atribuído à introdução da exigência de pagamento mínimo de 15% nas faturas de cartões de crédito (Bacen, 2012).

A elevação da renda familiar, combinada com baixos níveis de desemprego e maior participação do crédito direcionado — caracterizado por menores índices de perdas —, contribuiu para a manutenção da tendência de alta na inadimplência ao longo de 2011. Esse comportamento foi parcialmente influenciado pelo aumento do comprometimento da renda das famílias, como evidenciado no Gráfico 2.

Gráfico 1 - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional - Com ajuste sazonal (RNDBF) - 2010 a 2024 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

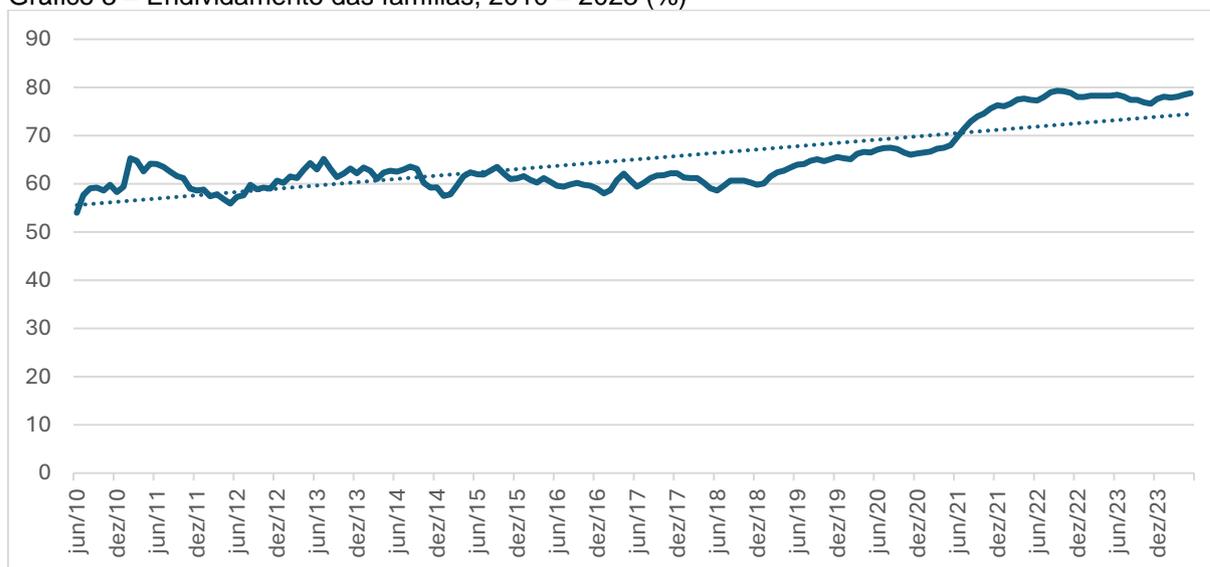
Outros fatores também contribuíram para a tendência de alta da inadimplência, incluindo o desaquecimento da atividade econômica no final de 2011 e o aumento das

taxas de juros até o início do terceiro trimestre. Além disso, as incertezas relacionadas às políticas econômicas da época, especialmente a implementação da nova matriz macroeconômica durante o primeiro governo Dilma, desempenharam um papel significativo nesse cenário (Bacen, 2012).

As medidas macroprudenciais adotadas e as mudanças nos critérios de concessão de crédito pela indústria financeira refletiam uma expectativa de estabilização dos índices de inadimplência no médio prazo. Projetava-se que o aumento do salário-mínimo, a recuperação econômica e os efeitos da redução da taxa básica de juros nas taxas cobradas pelos bancos contribuiriam para fortalecer a capacidade de pagamento das famílias. Esses fatores, por sua vez, poderiam levar a uma melhoria nos índices de inadimplência e nos resultados financeiros das instituições bancárias (Bacen, 2012).

Adicionalmente, a Resolução nº 3.919, do Conselho Monetário Nacional, em vigor desde 1º de junho de 2011, estabeleceu que o pagamento mínimo mensal das faturas de cartão de crédito não poderia ser inferior a 15% do valor total, conforme detalhado na Cartilha do Cartão de Crédito. Como ilustrado no Gráfico 3, essa nova exigência impactou diretamente os índices de endividamento das famílias.

Gráfico 3 – Endividamento das famílias, 2010 – 2023 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PEIC – CNC (2024)

Em 2012, observou-se uma migração significativa para modalidades de crédito mais seguras, especialmente os empréstimos consignados, que apresentaram um crescimento de 6,6% no último semestre e de 18,5% no acumulado do ano. Em

contrapartida, os empréstimos sem consignação, que envolvem maior risco de crédito, registraram uma expansão mais modesta, com aumento de 4,3% no semestre e 13,5% ao longo dos 12 meses (Bacen, 2013).

Esse movimento foi impulsionado, em grande parte, pela liderança dos bancos públicos, que intensificaram a redução das taxas de juros cobradas em operações de crédito para pessoas físicas. A redução dessas taxas é detalhada no Gráfico 4, que ilustra as mudanças ocorridas nesse período.

Gráfico 4 - Taxa média de juros das operações de crédito PF total - 2011 a 2024 – (% a.a)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

Essa intensificação na redução das taxas de juros trouxe efeitos positivos tanto para o comprometimento de renda das famílias (conforme ilustrado no Gráfico 2) quanto para os índices de inadimplência de pessoas físicas, apresentados no Gráfico 5. Esses impactos contribuíram para reverter a tendência de alta nas taxas de juros observada em períodos anteriores, promovendo maior sustentabilidade financeira entre as famílias e favorecendo a estabilidade do mercado de crédito (Bacen, 2013).

Gráfico 5 - Inadimplência da carteira de crédito PF total - 2011 a 2024 (%)



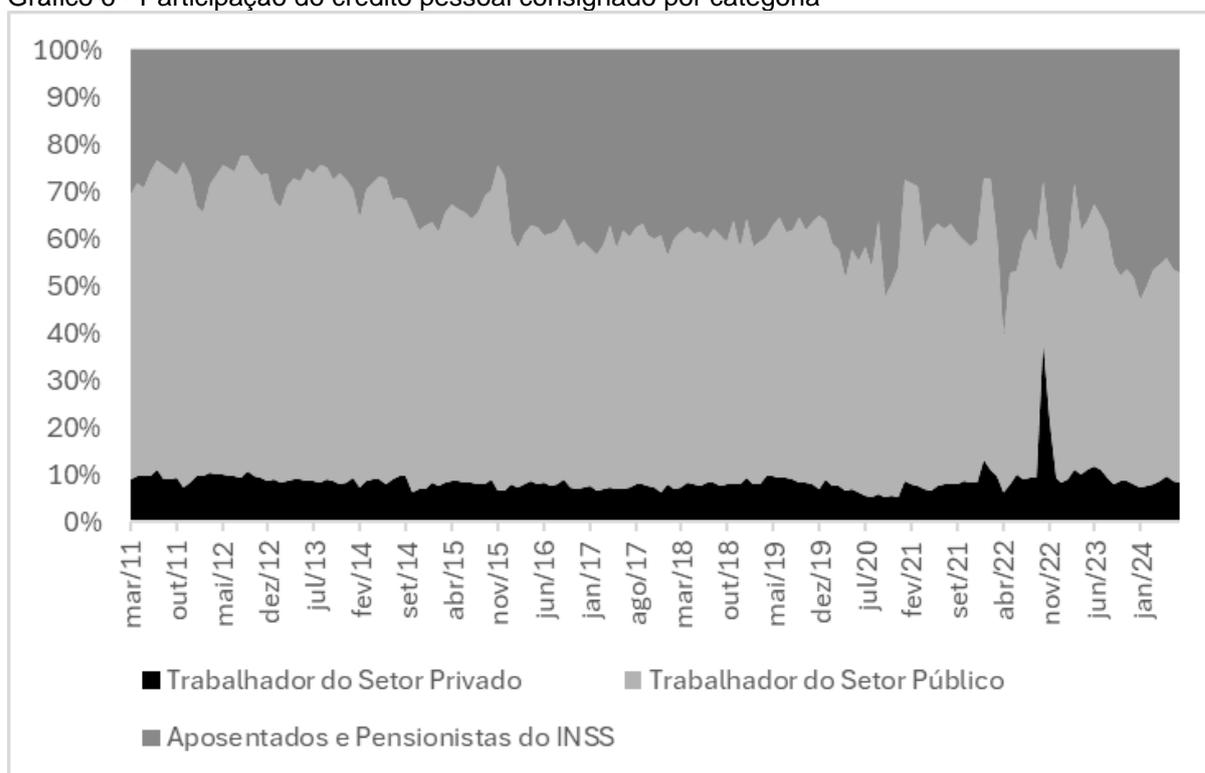
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

O endividamento das famílias continuou em trajetória de alta em 2012, atingindo 43,4% em dezembro, em comparação aos 43,2% registrados em junho do mesmo ano. Esse aumento reflete o crescimento mais acelerado do crédito em relação à renda disponível das famílias. Já o comprometimento de renda, embora tenha crescido, como apresentado no Gráfico 2, mostrou um comportamento mais estável ao longo do tempo. No segundo semestre de 2012, houve uma leve redução nesse indicador, de 22,9% em junho para 21,9% em dezembro, impulsionada principalmente pela diminuição da parcela destinada ao pagamento de juros, decorrente da expressiva queda nas taxas de juros destacada no Gráfico 4 (Bacen, 2013).

Os empréstimos consignados desempenharam um papel significativo no crescimento do crédito para pessoas físicas em 2013, registrando aumento de 5,9% no segundo semestre e de 17,5% no acumulado do ano. Destaca-se que 61,8% dessas operações foram realizadas com servidores públicos, enquanto 30,1% envolveram aposentados e pensionistas, segmentos com menor risco de inadimplência devido à maior estabilidade de renda em relação aos trabalhadores do setor privado (Bacen, 2014).

A partir de outubro de 2014, o crédito consignado experimentou um crescimento ainda mais expressivo, impulsionado por medidas governamentais que ampliaram o prazo máximo para operações destinadas a aposentados e pensionistas do INSS, bem como para servidores públicos federais (Bacen, 2015).

Gráfico 6 - Participação do crédito pessoal consignado por categoria



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen

Conforme apresentado anteriormente no gráfico 3, o endividamento das famílias apresentou um leve aumento no segundo semestre de 2013, alcançando 45,5% em dezembro (Bacen, 2014). A tendência de reversão na inadimplência de pessoas físicas permaneceu, sustentada por diversos fatores, como a menor participação de safras de crédito mais antigas na composição das carteiras, expectativas macroeconômicas favoráveis, baixa taxa de desemprego, redução nas taxas de juros, crescimento da atividade econômica interna e ganhos reais na renda da população. Esses elementos, em conjunto, impactaram positivamente o comprometimento de renda das famílias (Bacen, 2013).

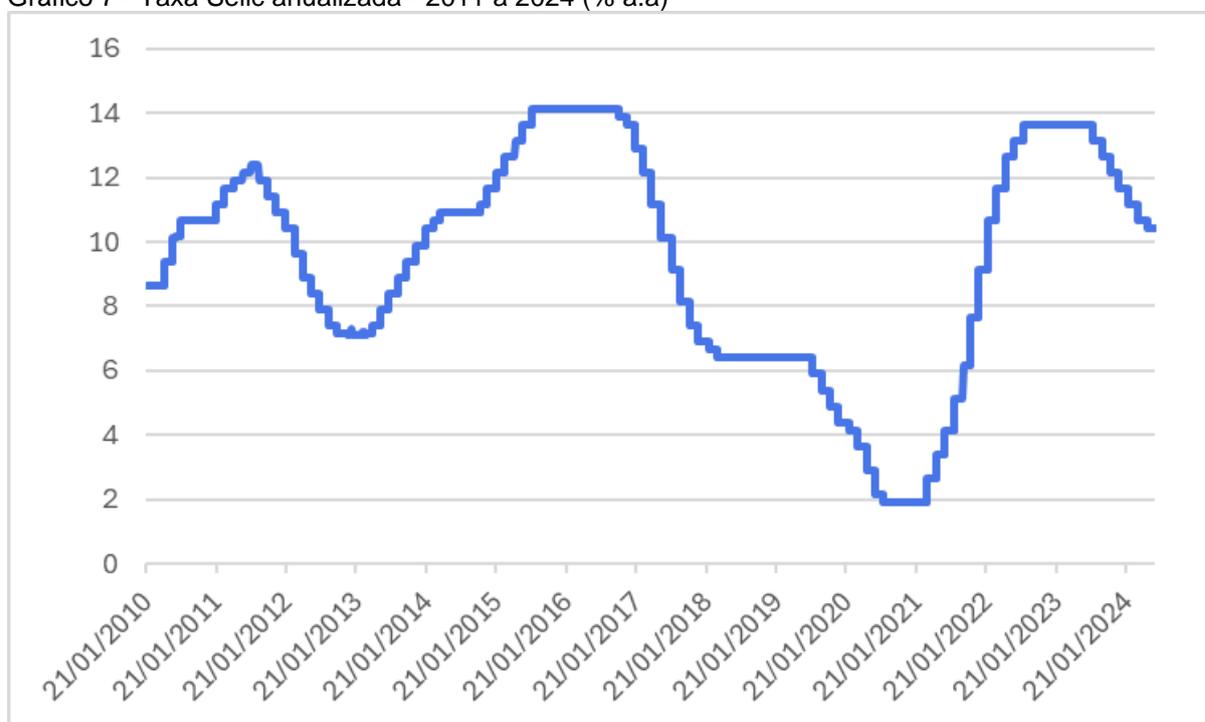
Esse crescimento também refletiu uma maior utilização do crédito consignado para a quitação de outras dívidas, contribuindo para a melhoria no perfil de crédito dos tomadores. Evidências indicam uma redução na inadimplência de outras operações

desses clientes durante o período. Contudo, um aspecto negativo desse cenário foi o aumento do comprometimento da renda dos tomadores em função de prazos mais longos de pagamento, particularmente entre servidores públicos federais (Bacen, 2015).

Conforme destacado no Gráfico 5, em 2014, a inadimplência nas carteiras de crédito para pessoas físicas manteve sua trajetória de queda, situando-se em 4,4% em dezembro, frente aos 5,0% registrados em junho de 2013 (Bacen, 2014). Entretanto, no segundo semestre de 2015, o ambiente econômico adverso começou a impactar negativamente os indicadores de crédito. Esse cenário levou a uma postura mais cautelosa das instituições financeiras na concessão de crédito (vide Gráfico 1), à redução na demanda por parte dos tomadores, ao aumento da inadimplência (vide Gráfico 5) e à intensificação das renegociações e reestruturações de dívidas (Bacen, 2016).

No segundo semestre de 2014, as taxas de juros para o crédito livre registraram um aumento, impulsionado pela continuidade dos reajustes na taxa Selic, conforme ilustrado no Gráfico 7.

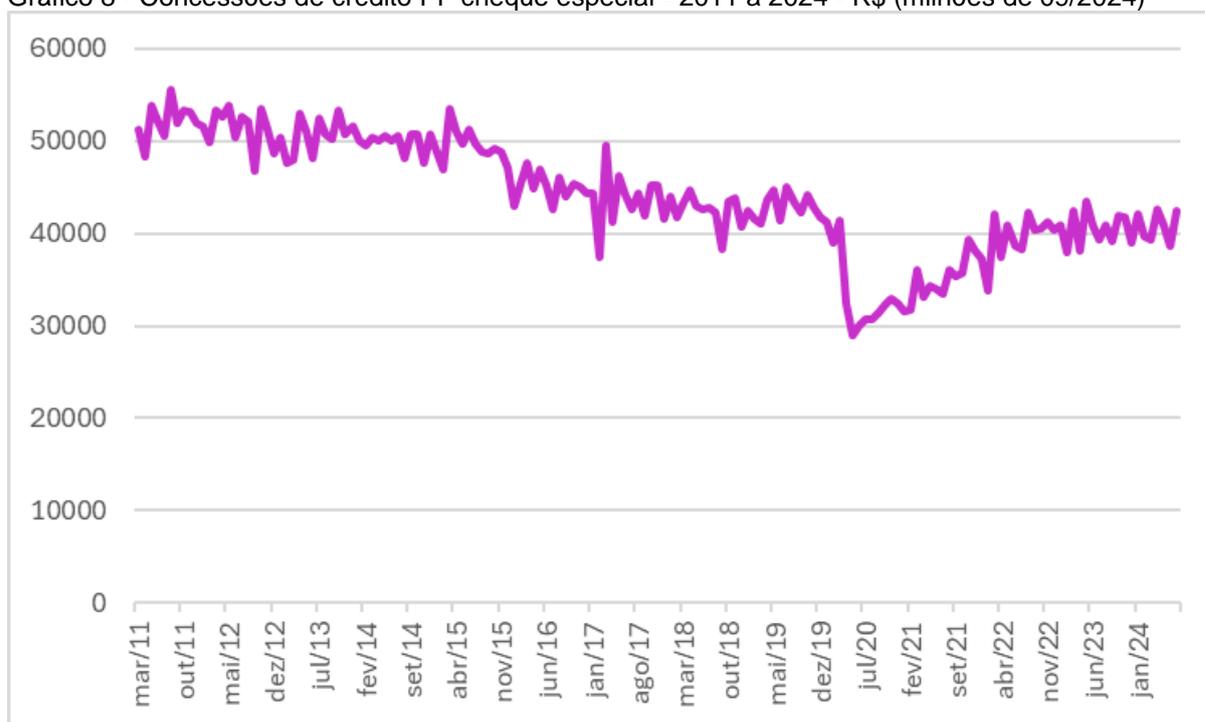
Gráfico 7 - Taxa Selic anualizada - 2011 a 2024 (% a.a)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

Esse movimento afetou diversas modalidades de crédito, com destaque para aquelas que apresentavam níveis mais elevados de inadimplência, como o cheque especial. O impacto desse cenário é detalhado no Gráfico 8, que evidencia as mudanças nas concessões de crédito associadas a essa modalidade específica.

Gráfico 8 - Concessões de crédito PF cheque especial - 2011 a 2024 - R\$ (milhões de 09/2024)

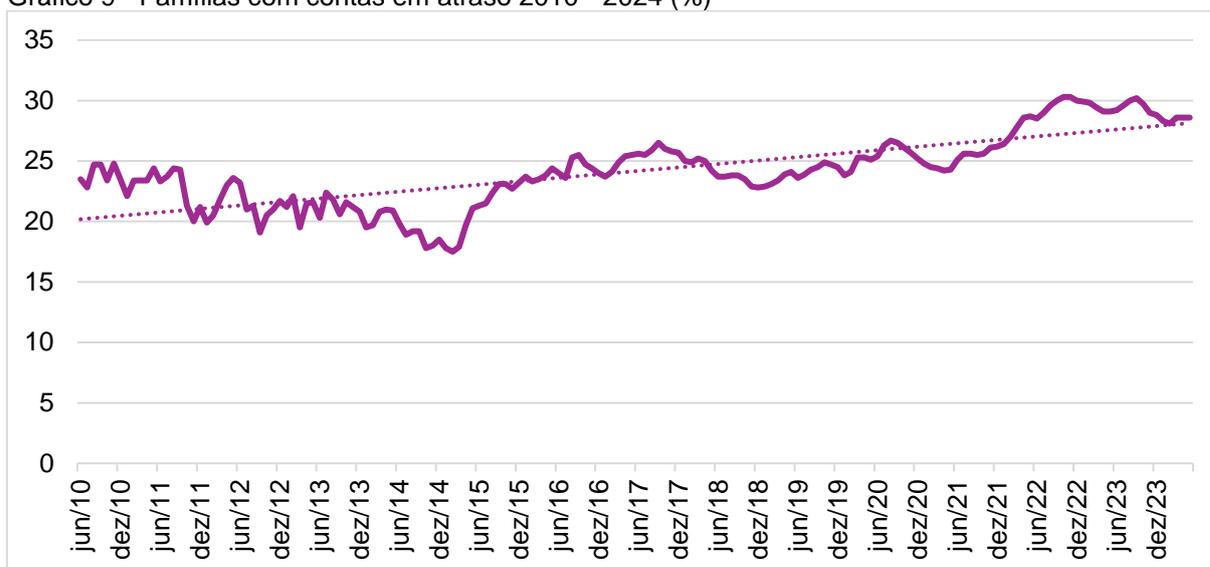


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

No início de 2015, a tendência de elevação dos custos para os tomadores de crédito livre manteve-se, influenciada pelo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), implementado em janeiro de 2014, e pelo repasse dos sucessivos aumentos na meta da taxa Selic às condições de crédito (Bacen, 2015).

Paralelamente, conforme ilustrado no Gráfico 9, a pré-inadimplência (atrasos entre 15 e 90 dias) — considerada um indicador antecedente de inadimplência — apresentou uma tendência de alta no segundo semestre de 2015. Esse comportamento contrastou com os padrões observados em anos anteriores, quando os atrasos normalmente aumentavam no primeiro semestre e recuavam no segundo. Em 2015, entretanto, houve apenas uma leve redução no último bimestre, sinalizando a continuidade da pressão sobre os níveis de inadimplência e um prolongamento nos processos de renegociação de créditos (Bacen, 2016).

Gráfico 9 - Famílias com contas em atraso 2010 - 2024 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PEIC - CNC 2024

No segundo semestre de 2015, a inadimplência na carteira de crédito para pessoas físicas registrou um aumento (conforme ilustrado no Gráfico 5), refletindo as adversidades econômicas que comprometeram a capacidade de pagamento dos tomadores de crédito. Esse crescimento foi particularmente acentuado nas modalidades de cartão de crédito (Gráfico 10) e crédito pessoal sem consignação (Gráfico 11), que são consideradas mais vulneráveis a deteriorações econômicas. Essas modalidades já vinham apresentando sinais de maior risco desde o primeiro semestre (Bacen, 2016).

Gráfico 10 - Inadimplência PF Cartão de crédito - 2011 a 2024 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

Gráfico 11 - Inadimplência PF Crédito pessoal não consignado - 2011 a 2024 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

Desde o início de 2014, observa-se uma trajetória de elevação na inadimplência das carteiras de crédito não consignado e de cartão de crédito. Esse movimento

reverteu a tendência de queda que vinha sendo observada desde o segundo semestre de 2012, reverteu (Bacen, 2015).

A deterioração do cenário econômico também contribuiu para o aumento do comprometimento de renda das famílias, que apresentou tendência de alta até setembro de 2015 (conforme demonstrado no Gráfico 2). Nesse período, o indicador acumulou um crescimento de 1 ponto percentual em comparação com o final de 2014, evidenciando uma piora na capacidade de pagamento das famílias (Bacen, 2016).

Em 2016, o ambiente econômico permaneceu desfavorável, agravando a situação no mercado de trabalho e reduzindo ainda mais a capacidade de pagamento das famílias. Esse cenário teve impactos diretos na oferta e demanda de crédito, no risco das carteiras e nas estratégias de gestão das instituições financeiras, que priorizaram a reestruturação de ativos problemáticos (Bacen, 2017).

Com o agravamento da crise econômica e política, o impeachment de Dilma Rousseff foi concluído em agosto de 2016, resultando na posse de seu vice, Michel Temer, como presidente. Temer adotou medidas rápidas e decisivas, extinguindo a chamada "nova matriz macroeconômica" implementada durante o governo Dilma e retomando o tradicional tripé macroeconômico, composto por metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

Além disso, o novo governo promoveu ajustes fiscais rigorosos com o objetivo de reduzir os gastos primários e restaurar o equilíbrio das contas públicas. Esse conjunto de ações trouxe maior confiança ao mercado financeiro, que gradualmente se mostrou mais disposto a retomar a concessão de crédito (vide Gráfico 1). Modalidades de maior risco, como cartões de crédito e crédito pessoal sem consignação, destacaram-se nesse processo, indicando uma tentativa de reaquecer a economia e ampliar o consumo das famílias.

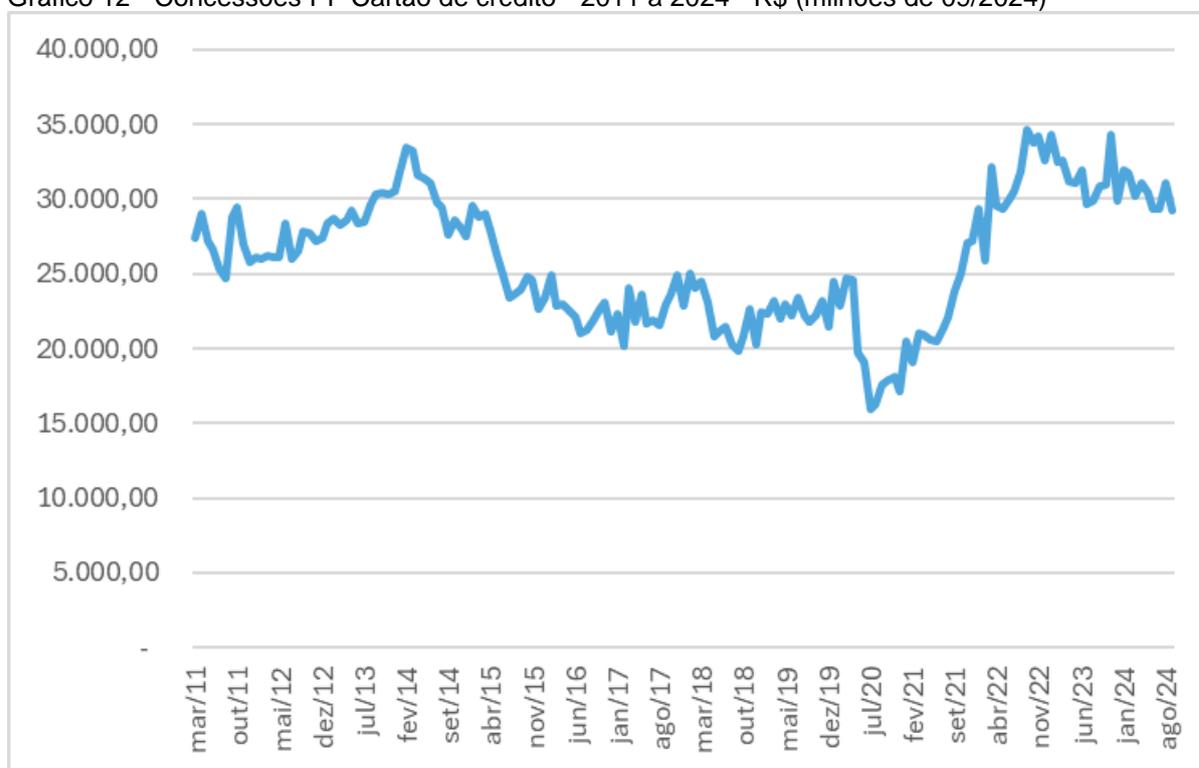
Com isso, o ano de 2017 marcou o início de uma recuperação do crédito para pessoas físicas, impulsionada por uma melhora no ambiente econômico. A redução da inflação e das taxas de juros, a recuperação do mercado de trabalho, a queda do desemprego e o aumento da renda das famílias contribuíram para esse movimento. Além disso, o alongamento dos prazos das dívidas, favorecido pelo maior peso do crédito imobiliário e consignado, ajudou a reduzir tanto o comprometimento de renda (Gráfico 2) quanto o endividamento das famílias (Gráfico 3).

Essas condições favoráveis estimularam a retomada do consumo e a maior disposição para a tomada de crédito. Consequentemente, o risco associado à carteira

de crédito para pessoas físicas diminuiu, resultando em queda da inadimplência e da proporção de ativos problemáticos. Essa melhoria foi observada nas principais modalidades, especialmente nas linhas de crédito voltadas ao consumo, que são mais sensíveis às condições econômicas (Bacen, 2018).

Ao longo de 2018, o crescimento econômico moderado contribuiu para a expansão do crédito destinado às pessoas físicas. No segundo semestre, destacou-se o crescimento de modalidades voltadas ao consumo, como o cartão de crédito, conforme ilustrado no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Concessões PF Cartão de crédito - 2011 a 2024 - R\$ (milhões de 09/2024)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SGS - Bacen 2024

Durante esse período, esperava-se que a tendência de crescimento da carteira de crédito para pessoas físicas se mantivesse, sustentada pela recuperação econômica em curso e pelos sinais de confiança refletidos nos indicadores de expectativas dos consumidores (Bacen, 2019).

Em 2018, a taxa Selic atingiu níveis historicamente baixos (vide Gráfico 7), refletindo o cenário de baixa inflação e o esforço para estimular o aquecimento da economia brasileira. Esse ambiente favoreceu o interesse por investimentos no

mercado financeiro, uma vez que os rendimentos fixos se tornaram menos atrativos, incentivando a busca por opções mais rentáveis.

Com a posse de Jair Messias Bolsonaro como presidente em 2019, o crédito às pessoas físicas manteve sua trajetória de crescimento, especialmente no segundo semestre do ano (vide Gráfico 1), em linha com a retomada gradual da economia brasileira observada até o final daquele ano. Contudo, esse aumento resultou na interrupção da redução do comprometimento de renda das famílias, uma tendência que havia sido registrada nos anos anteriores, conforme ilustrado no Gráfico 2 (Bacen, 2020).

Em 2020, o Brasil, ainda enfrentando os efeitos da recessão de 2015/16, foi duramente atingido pela pandemia de COVID-19. O Banco Central reverteu as quedas na Selic, levando a inflação a ultrapassar a meta. Consequentemente, a renda real da população caiu significativamente, e a capacidade de pagamento foi severamente prejudicada. Como resposta, foi implementado o auxílio emergencial, que mais tarde se transformou no Auxílio Brasil, ajudando a recompor parte da renda da população e a estimular o mercado de consumo.

Com o surgimento da pandemia de Covid-19, a expectativa de continuidade no crescimento da carteira de crédito, especialmente em operações com recursos de origem livre, foi frustrada. O ritmo de expansão observado até então desacelerou (vide Gráfico 1), e houve um aumento expressivo nas operações de reestruturação de dívidas, como forma de ajustar a capacidade de pagamento das famílias (Bacen, 2020).

No segundo semestre de 2020, o crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) registrou um crescimento significativo (Gráfico 6), impulsionado pela elevação do limite máximo de consignação para 40%. Essa medida permitiu novas concessões de crédito para tomadores que já se encontravam próximos ao limite anterior (Bacen, 2021).

Embora tenha acontecido uma redução no volume de operações inadimplentes nesse período, o contexto pandêmico gerou incertezas quanto ao risco da carteira de crédito para pessoas físicas. O recuo na inadimplência, visto no Gráfico 5, pode ser atribuído ao elevado número de renegociações realizadas durante a pandemia. No entanto, a capacidade de pagamento dessas dívidas renegociadas ainda exige atenção, uma vez que está diretamente ligada à possibilidade de novas inadimplências e ao comportamento futuro do risco de crédito (Bacen, 2021).

Como visto anteriormente no Gráfico 1, no segundo semestre de 2021, o crédito para pessoas físicas continuou crescendo, alinhado à recuperação econômica do período. Modalidades de maior risco, como o crédito não consignado e o cartão de crédito, destacaram-se nesse cenário (vide Gráfico 12). Contudo, o aumento expressivo no estoque de crédito não consignado gerou preocupações quanto à inadimplência nesse segmento (Bacen, 2022).

Essa modalidade, caracterizada por operações mais arriscadas, concentrou-se em contratos sem garantias ou com garantias fidejussórias, historicamente associadas a maiores índices de risco. Além disso, houve um aumento significativo no número de usuários do Sistema Financeiro Nacional (SFN) que passaram a acessar essa modalidade, reforçando a necessidade de monitoramento do comportamento de crédito nessa carteira (Bacen, 2022).

Os sinais de melhora na pandemia só começaram a surgir no final de 2021, mas a recuperação econômica foi lenta, marcando o governo pela incapacidade de lidar com a crise sanitária de forma eficaz.

Ao longo de 2022, o crédito para pessoas físicas refletiu os desafios de um cenário econômico marcado pelo alto comprometimento de renda e pelo elevado nível de endividamento das famílias, levando as instituições financeiras a adotarem critérios mais cautelosos para novas concessões. Ainda assim, modalidades mais arriscadas, como o cartão de crédito (Gráfico 12) e o crédito não consignado, mantiveram um crescimento acelerado, intensificando preocupações sobre potenciais aumentos nos índices de inadimplência, também em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente tomando posse em janeiro de 2023.

O mercado segue com expectativas cautelosas, enquanto o novo governo propõe reformas fiscais e a reestruturação das políticas de redistribuição de renda. Há indícios de uma retomada nas concessões de crédito e no consumo, mas permanece a preocupação com um possível aumento da inadimplência, devido ao elevado comprometimento da renda das famílias (Bacen, 2023).

No segundo semestre de 2022, observou-se uma deterioração na capacidade de pagamento dos tomadores de crédito, acompanhada por um aumento no comprometimento da renda familiar (vide Gráfico 2). Em comparação com o primeiro semestre, as famílias destinaram uma parcela maior de sua renda a modalidades de crédito de maior risco e com taxas de juros mais elevadas, especialmente o cartão de

crédito (Gráfico 12). Esse movimento intensificou a pressão sobre a sustentabilidade financeira desses contratos, exigindo atenção redobrada (Bacen, 2023).

O quadro 1 sintetiza as políticas econômicas adotadas por diferentes governos entre 2011 e 2023 e os níveis mínimos e máximos atingidos pelos indicadores de concessões de crédito PF total, comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o SFN, endividamento das famílias e inadimplência da carteira de crédito PF total.

Quadro 1 – Síntese das políticas e indicadores por governo

Governo	Política Econômica	Indicadores
Dilma 2011-2016	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação das regulações sobre fluxos de capitais e derivativos cambiais; - Redução da taxa básica de juros e metas de superávit primário; - Congelamento de tarifas públicas; - Isenções fiscais; - Cortes no investimento; - Política de aumento do salário-mínimo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concessões de crédito PF total: R\$160.000 milhões (2015), R\$225.000 milhões (2014); - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional – Com ajuste sazonal: 23% (2013), 24,9% (2015); - Endividamento das famílias: 54% (2012), 68% (2013); - Inadimplência carteira de crédito PF total: 5% (2011), 7,1% (2012).
Temer 2016-2018	<ul style="list-style-type: none"> - Redução nos gastos primários; - Redução dos investimentos; - Taxa Selic elevada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Concessões de crédito PF total: R\$150.000 milhões (2017), R\$220.000 milhões (2018); - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional – Com ajuste sazonal: 22,6% (2017), 23,3% (2017);

Governo	Política Econômica	Indicadores
		<ul style="list-style-type: none"> - Endividamento das famílias: 58% (2016), 62% (2017); - Inadimplência carteira de crédito PF total: 4,8% (2018), 6,2% (2018).
Bolsonaro 2019-2022	<ul style="list-style-type: none"> - Ajustes fiscais; - Reduções não sustentáveis da taxa Selic que se reverteram para um ciclo de aumento em 2021; 	<ul style="list-style-type: none"> - Concessões de crédito PF total: R\$155.000 milhões (2019), R\$270.000 milhões (2022); - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional – Com ajuste sazonal: 20% (2020), 27% (2022); - Endividamento das famílias: 63% (2019), 80% (2022); - Inadimplência carteira de crédito PF total: 4% (2020), 5,9% (2022).
Lula 2023 - 2026	<ul style="list-style-type: none"> - O arcabouço fiscal proposto pelo governo Lula pode ser visto como uma flexibilização do teto de gastos podendo, junto ao Bacen, restringir as políticas macroeconômicas e sociais do governo. - Também foi proposta uma reforma tributária que seria feita em duas partes: a primeira simplificaria e racionalizaria os impostos sobre o consumo e a segunda trataria a 	<ul style="list-style-type: none"> - Concessões de crédito PF total: R\$290.000 milhões (2023); - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional – Com ajuste sazonal: 26% (2023); - Endividamento das famílias: 79,9% (2023); - Inadimplência carteira de crédito PF total: 6,2% (2023).

Governo	Política Econômica	Indicadores
	tributação sobre a riqueza e renda da população.	

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta monografia buscou compreender as dinâmicas do endividamento e inadimplência no contexto brasileiro, analisando a interação entre fatores econômicos, sociais e políticos no período de 2011 a 2023. A estrutura dividiu-se entre a conceituação desses fenômenos financeiros, a contextualização das políticas fiscal e monetária e uma análise conjuntural dos indicadores, evidenciando que decisões governamentais e conjunturas econômicas podem impactar a capacidade financeira das famílias e a estabilidade macroeconômica.

Em relação ao objetivo de conceitualizar o endividamento e inadimplência, concluímos que o endividamento é o ato em si de contrair alguma dívida e, quando não honra com o compromisso da dívida, antes de alcançar a inadimplência, o cidadão passa pela situação de contas em atraso (15 a 90 dias), por fim, passados 90 dias de atraso no pagamento o indivíduo se torna parte dos índices de inadimplência.

É importante ressaltar que o endividamento e inadimplência, são fenômenos que refletem não apenas a saúde financeira das famílias, mas também a resiliência de políticas econômicas frente a crises. Fatores como a elevação das taxas de juros, crises econômicas, desemprego e desigualdades estruturais mostraram-se decisivos na expansão desses problemas, destacando a necessidade de um ambiente econômico mais estável e políticas que favoreçam o crescimento sustentável e inclusivo.

Para o objetivo de realizar uma análise histórica das políticas econômicas do período, revelam-se nuances importantes das gestões governamentais. Desde os desafios enfrentados pela Nova Matriz Econômica no governo Dilma Rousseff até as agendas de austeridade fiscal durante os governos Temer e Bolsonaro, observou-se uma necessidade contínua de adaptação às crises, algumas vezes resultando em medidas que limitaram o investimento público e privado, com consequências diretas para a economia e a população.

A pesquisa põe em questionamento o papel das políticas públicas para mitigar os impactos de crises econômicas, como observado nos auxílios emergenciais durante a pandemia de Covid-19. Por outro lado, fica clara a necessidade de maior planejamento e previsibilidade nas decisões fiscais e monetárias, para evitar os efeitos negativos do excesso de volatilidade nas políticas econômicas.

Quando feita a análise conjuntural do endividamento e inadimplência das famílias no Brasil ao longo das últimas décadas (objetivo c) revela-se a complexidade e a dinâmica do mercado de crédito, diretamente influenciado por fatores econômicos, sociais e institucionais. O cenário estudado evidenciou que períodos de estabilidade macroeconômica e expansão do crédito, como observado entre 2010 e 2013, trouxeram benefícios significativos, como o aumento do consumo e a redução da inadimplência, especialmente em modalidades de crédito mais seguras, como o consignado. No entanto, esses mesmos fatores, quando desbalanceados, mostraram seu potencial de impactar negativamente o comprometimento de renda e a capacidade de pagamento das famílias, refletindo-se no aumento dos níveis de endividamento.

A partir de 2014, o agravamento das condições econômicas, com destaque para a elevação das taxas de juros e o desaquecimento da atividade econômica, marcou um ponto de inflexão no comportamento da inadimplência, intensificando os desafios para o Sistema Financeiro Nacional. Durante os períodos de crise, como no biênio 2015-2016 e posteriormente com a pandemia de Covid-19, observou-se um aumento das renegociações e reestruturações de dívidas como estratégia para mitigar os impactos de um ambiente adverso. Esses eventos também revelaram a importância de políticas macroprudenciais e de ajustes nos critérios de concessão de crédito, especialmente em modalidades de maior risco, como crédito não consignado e cartão de crédito.

Com o gradual retorno à estabilidade econômica a partir de 2017 e a retomada do crescimento em termos nominais no ano de 2018, o mercado de crédito para pessoas físicas começou a mostrar sinais de recuperação. A redução nas taxas de inadimplência e o alongamento dos prazos de pagamento sugeriram uma maior maturidade do setor financeiro em adaptar suas operações às condições econômicas vigentes. Contudo, essas melhorias se mostraram insuficientes para resolver desafios estruturais. O elevado comprometimento da renda das famílias e o crescimento contínuo do endividamento mantiveram-se como pontos de preocupação, destacando a necessidade de maior cautela e monitoramento constante por parte dos reguladores e das instituições financeiras.

Os dados mais recentes, até 2023, mostram que o aumento da utilização de modalidades de crédito com maior risco, aliado ao alto endividamento das famílias, mantém o sistema em estado de alerta, especialmente frente às incertezas

econômicas globais e nacionais. Contudo, os efeitos positivos do ciclo de afrouxamento monetário e o crescimento da renda bruta das famílias sugerem perspectivas mais favoráveis para os próximos períodos.

Desta forma, espera-se que esta monografia possa contribuir para o debate acadêmico e prático sobre os desafios enfrentados pelo Brasil em sua trajetória econômica recente, oferecendo subsídios para reflexões futuras sobre políticas mais eficientes e alinhadas às necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. L. D. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento - CICEF**, julho 2023.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2013.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2014.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2015.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2016.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2017.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2018.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2019.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2020.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2021.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília. 2022.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2022.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2023.
- BACEN. Série Cidadania Financeira - Estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão, novembro 2023.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília. 2024.
- BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Banco Central do Brasil. [S.I.]. 2024.
- BEST, J. W. Como investigar en educación, Madrid, 1972.
- BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA No 1.176, DE 5 DE JUNHO DE 2023. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 06 jun. 2023. 8.
- BRUNO, M. Os governos Dilma Rousseff: da "Nova matriz macroeconômica" ao golpe de 2016. In: ARAÚJO, V. L. D.; MATTOS, F. A. M. D. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2021. Cap. 18, p. 517 - 536.
- CHAMIÇO, E. D. A nova matriz econômica : uma interpretação. **Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia**, Uberlândia - MG, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21660>>.
- CNC. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. **Pesquisas CNC**, Junho 2024. Disponível em: <<https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>>.

- CNC; MG, F. **Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Belo Horizonte. 2022.
- FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. C.; BRESSER-PEREIRA, L. C. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. **Revista de Economia Política**, 42, janeiro - março 2022. 150 - 171.
- FERREIRA, C. C. D. O. Endividamento da Classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho, São Paulo, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cqFQDzNgQjxFbgxctjBfXQh/?lang=pt>>.
- FILGUEIRAS, L.; JÚNIOR, Z. D. S.; MIGUEL, L. F. O terceiro governo lula: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, 36, 2023.
- FRIOLIM, P. C. Crédito, consumo e endividamento: uma análise sobre os impactos da expansão do crédito do consumo das famílias no período 2003-2015, Santana do Livramento, 2017.
- GALERY, V. L. K. A condução da política monetária brasileira do governo Dilma ao governo Bolsonaro. **O manancial - Repositório digital da UFSM**, Santa Maria, 2022. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/27032>>.
- GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LIMA, R. O. L. D. Crédito, endividamento e inadimplência do Brasil: uma análise para o período de 2013 a 2023. **DECON - departamento de economia**, Recife, 2023.
- LUPION, B. Notícias. **UOL**, 30 dezembro 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/12/30/como-o-governo-bolsonaro-se-saiu-na-economia.htm>>.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica, São Paulo, 2003.
- MARQUES, M. M. L.; FRADE, C. Regular o sobreendividamento. **Observatório do Endividamento dos Consumidores, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**, Coimbra, 2003.
- PRATES, D. M.; FRITZ, B.; PAULA, L. F. D. Uma avaliação das políticas desenvolvimentistas nos governos do PT. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, 12, n. 21, jul-dez 2017. 187-215.
- SALVADOR, E.; PENANTE, A. P. Das intenções ao planejamento a orientação política do governo Bolsonaro. **Revista de Políticas Públicas**, 26, 2022. 541 - 561.

SANTANA, P. M. D. O.; COSTA, L. S. S. As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, 27, jul - dez 2017. 175 - 189.

SENADO, A. Senado aprova projeto da autonomia do Banco Central; texto vai à Câmara. **Senado notícias**, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/03/senado-aprova-projeto-da-autonomia-do-banco-central-texto-vai-a-camara>>. Acesso em: junho 2024.

APÊNDICE - A

Este apêndice foi elaborado com base nos metadados da série 20662 do SGS do BACEN (BACEN, 2024).

Concessões: desembolsos referentes a empréstimos e financiamentos efetivamente creditados ao tomador do crédito. Os valores informados correspondem às concessões ocorridas no mês de referência;

Taxa média de juros: média das taxas de juros das concessões, ponderada pelos respectivos valores desembolsados. As taxas médias dos segmentos agregados (total, pessoa jurídica e pessoa física, livre e direcionado) são apuradas pelas taxas médias das modalidades, ponderadas pelos saldos médios das respectivas modalidades. São computadas nesse cálculo as operações pactuadas com taxas prefixadas, com taxas referenciadas em juros flutuantes, com taxas referenciadas em moeda estrangeira, com taxas referenciadas na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), e com taxas referenciadas na Taxa Referencial (TR).

Percentual da carteira com atraso entre 15 e 90 dias: somatório do saldo das operações de crédito com atraso de 15 a 90 dias, inclusive, dividido pelo saldo total de crédito da carteira;

Percentual de inadimplência da carteira: somatório do saldo das operações de crédito com atraso acima de 90 (noventa) dias e não baixados para prejuízo, dividido pelo saldo total de crédito da carteira;

Recursos livres: correspondem aos contratos de financiamentos e empréstimos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado). Nas operações livres, as instituições financeiras têm autonomia sobre a destinação dos recursos captados no mercado.

Modalidades do crédito livre: Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC), Antecipação de faturas de cartão de crédito, Arrendamento mercantil de veículos, Arrendamento mercantil de outros bens, Aquisição de veículos, Aquisição de outros bens, Capital de giro com prazo até 365 dias, Capital de giro com prazo superior a 365 dias, Capital de giro com teto rotativo, Cartão de crédito – compras à vista, Cartão de crédito – parcelado, Cartão de crédito – rotativo, Cheque especial, *Comprar*, Conta garantida, Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS, Crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado, Crédito pessoal

consignado para trabalhadores do setor público, Crédito pessoal não consignado, Crédito pessoal não consignado vinculado a renegociação de dívidas, Desconto de duplicatas, Desconto de cheques, Financiamento à exportação, Financiamento à importação, Outros créditos livres, Repasse externo, e *Vendor*.

Recursos direcionados: operações de crédito regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazo aos setores imobiliário, habitacional, rural e de infraestrutura. As fontes de recursos são oriundas de parcelas das captações de depósito à vista e de caderneta de poupança, além de fundos e programas públicos.

Modalidades de crédito direcionado: Financiamentos rurais com taxas reguladas, Financiamentos rurais com taxas de mercado, Financiamentos imobiliários com taxas reguladas, Financiamentos imobiliários com taxas de mercado, Financiamentos com recursos do BNDES para infraestrutura, Financiamentos com recursos do BNDES para agroindústria, Financiamentos com recursos do BNDES para capital de giro e exportações, Microcrédito, e Outros créditos direcionados.

Cartão de crédito – compras à vista: corresponde às compras à vista realizadas no cartão de crédito, e às compras parceladas pelos lojistas (afiliados), em que não há incidência de juros.

Cartão de crédito – parcelado: compreende o parcelamento de compras realizadas com cartão de crédito ou dos valores referentes à fatura do cartão, mediante a cobrança de juros. Inclui operações de saques em dinheiro com pagamentos parcelados com o uso do cartão na função crédito.

Cartão de crédito – rotativo: operações de financiamento do saldo devedor remanescente após vencimento da fatura e operações de saque com pagamento à vista em dinheiro efetuadas na função crédito.

Cheque especial: crédito rotativo vinculado à conta corrente, em que determinado limite de recursos é disponibilizado para utilização pelo cliente em situações não programadas e de curto prazo, por meio de saques, cheques, pagamentos ou transferências bancárias. As operações classificadas nessa modalidade devem ter como característica a amortização automática do saldo devedor quando ocorrer depósitos na conta corrente do tomador do crédito. As operações de adiantamento à

depositante ou a lojistas, que configuram a utilização em excesso ao limite de crédito estabelecido em contrato, são consideradas nessa modalidade.

Crédito pessoal consignado para aposentados e pensionistas do INSS:

operações de crédito a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), com retenção de parte do benefício do contratante pelo INSS para o pagamento das parcelas do empréstimo – desconto em folha de pagamento.

Crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor privado:

crédito destinado a empregados do setor privado, com retenção de parte do salário do contratante pelo empregador para o pagamento das parcelas do empréstimo – desconto em folha de pagamento.

Crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público:

crédito destinado a servidores públicos federais, estaduais e municipais, ativos ou inativos, com retenção, por parte do órgão público ao qual o servidor está vinculado, de parte do salário ou rendimento de aposentadoria para o pagamento das parcelas do empréstimo – desconto em folha de pagamento.

Crédito pessoal não consignado:

linha de crédito às pessoas físicas sem vinculação com aquisição de bem ou serviço, e sem retenção de parte do salário ou benefício do contratante para o pagamento das parcelas do empréstimo (desconto em folha de pagamento).

Crédito pessoal não consignado vinculado a renegociação de dívidas:

operações de empréstimos a pessoas físicas associadas a composição de dívidas vencidas envolvendo modalidades distintas. As composições de dívidas entre operações de mesma modalidade estão registradas na modalidade de origem.